

Governo Temer avança na retirada de direitos

Lutar é necessário para barrar os retrocessos

Editada no dia 30 de outubro, Medida Provisória 805 do governo Temer adia o pagamento de reajustes salariais previstos para janeiro de 2018 e eleva a contribuição previdenciária dos servidores, de 11% para 14%, sobre a parcela do salário que exceder R\$ 5.531,31 (teto pago pelo INSS), que passará a valer em fevereiro de 2018. Em relação à elevação da contribuição previdenciária para 14%, o Sindsprev-PE está entrando com ação na justiça, pois no entendimento da assessoria jurídica é inconstitucional o aumento da alíquota via Medida Provisória. Quanto à questão do reajuste salarial, as categorias representadas pelo Sindsprev não estão incluídas na previsão de reajuste para 2018.

O último acordo firmado, fruto da greve de 2015, previu reajuste para 2016 e 2017. A campanha salarial atualmente em curso está



Sindsprev participou das mobilizações contra medidas e reformas do governo Temer

buscando acordo com o governo para reajuste em 2018. No entanto, até agora o governo se nega a negociar a pauta.

A Medida provisória 805 também estabelece que o valor do auxílio-moradia será reduzido em 25% a cada ano, a partir do segundo ano de recebimento, e deixará de ser devido após o quarto ano de recebimento.



Reforma da Previdência

A PEC 287/16, da reforma da Previdência, terá sua discussão retomada na Câmara dos Deputados. Diante da dificuldade de aprovar a proposta o relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) e a equipe de governo devem apresentar um texto alternativo e consensual com os partidos da base do governo. Caso seja colocado em votação, a proposta será apreciada em dois turnos no plenário da Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A direção do Sindsprev-PE analisa que todas estas medidas estão interligadas e fazem parte de uma “pacote” maior que é a concepção de Estado do governo Temer, que visa reduzir de direitos dos servidores públicos (Estado Mínimo) e privilegiar os grandes empresários e banqueiros (iniciativa privada).

Confira os principais ataques do governo golpista aos servidores públicos

O governo Temer já aprovou várias medidas contra os servidores públicos: a EC 55 que estabeleceu teto para os gastos públicos; a lei da terceirização ampla, que vai

permitir contratar servidores sem concurso público; a reforma trabalhista, que significa um retrocesso de mais de 60 anos e o Programa de Demissão Voluntária (PDV).

O coordenador geral do Sindicato, Luiz Eustáquio, reafirma o alerta: “devemos nos unir cada vez mais contra estes ataques absurdos aos servidores e demais trabalhadores”.

Projetos prejudiciais que estão tramitando no Congresso Nacional

- | | | |
|--|---|---|
| <p>01) Dispensa por insuficiência de desempenho (PLP 248/98 - Câmara);</p> <p>02) Estabelece critérios de valorização do mérito no Regime Jurídico dos servidores públicos da União, suas autarquias e fundações públicas (PLS 288/15 - Senado);</p> <p>03) Remuneração variável para servidores públicos com base no mérito em todos os níveis de administração (PEC 400/14 - Câmara)</p> | <p>04) Perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável (PLS 116/17 - Senado);</p> <p>05) Estabelecimento de limite de despesa com pessoal (PLP 1/07 - Câmara);</p> <p>06) Regulamentação das Fundações Estatais (PLP 92/07 - Câmara);</p> <p>07) Regulamentação do direito de greve dos servidores (PLS 710/11 e PLS 327/14 - Senado; e PL 4.497/01 - Câmara);</p> | <p>08) Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/15 - Câmara);</p> <p>09) Reforma da Previdência (PEC 287/16 - Câmara);</p> <p>10) Critérios para concessão de remuneração variável a servidor da União, dos estados e municípios (PEC 400/14 - Câmara);saiba mais(MP 792/17 - Comissão Mista do Congresso). veja mais no site: www.diap.org.br</p> |
|--|---|---|

Sindsprev solicitou providências do MPF para garantir funcionamento do NEMS-PE

O Sindsprev-PE enviou, no dia 18 de outubro, ofício ao Ministério Público Federal (MPF), em Pernambuco, solicitando a adoção de providências urgentes para garantir a normalidade dos serviços executados pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NEMS-PE).

“É grande o número de reclamações e insatisfação dos servidores, pensionistas e familiares. Os serviços estão sendo prestados de forma descontinuada, pois, os servidores, por falta de espaço

físico, são escalados por período. A demanda é reprimida e com prejuízo para aqueles que necessitam de solução imediata”, denuncia a direção do Sindicato.

O ofício destaca que os servidores do Ministério da Saúde em Pernambuco estão sendo atendidos de forma precária, principalmente nos serviços de autorização aos cônjuges após óbito quanto ao acesso ao plano de saúde, concessão de férias, aposentadoria, licença médica, realização de perícias médicas,

abono de permanência, além do não atendimento de ofício aos prazos judiciais, entre outras pendências.

“Como a reforma do imóvel locado para futura sede do NEMS-PE está lenta demais, queremos agilizar uma solução para o atendimento de qualidade deste serviço público fundamental para os servidores e pensionistas do Ministério da Saúde”, concluiu o coordenador geral do Sindicato, Luiz Eustáquio.



Protesto do Sindsprev em frente à Funasa/Nems-PE no dia 14/09

CPI do Senado conclui que déficit da Previdência é uma farsa

Maiores sonegadores da Previdência devem cerca de R\$ 1 trilhão à União

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência apresentou no dia 23 de outubro, no Senado, o relatório das investigações feitas pelos senadores com instituições diversas ao longo de seis meses. Os parlamentares constataram que a Previdência Social não possui déficit, se forem retiradas dessa conta despesas que não fazem parte do setor.

Segundo eles, bastaria o governo executar os grandes devedores da União por sonegação previdenciária para arrecadar perto de R\$ 1 trilhão.

“Esse argumento de déficit está sendo utilizado pelo governo Temer para, com o apoio do empresariado, conseguir aprovar a reforma que eles querem e que só vai tirar mais direitos dos trabalhadores e prolongar o tempo de

serviço de todos”, afirmou o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

Segundo o relatório, quando são separadas da lista dos grandes devedores apenas as empresas privadas devem R\$ 450 bilhões. Dados da Procuradoria da Fazenda Nacional, entretanto, comprovaram que deste volume somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis, em função dos programas de isenção fiscal.

“Esse débito decorre do não repasse das contribuições dos empregadores, mas também da prática empresarial de reter a parcela contributiva dos trabalhadores, o que configura um duplo malogro; pois, além de não repassar o dinheiro à previdência esses empresários embolsam recursos que não

deles pertencem”, explicou Paim.

Entre as propostas apresentadas no relatório, está a recriação do Conselho Nacional de Seguridade Social – que participará da formulação e fiscalização da proposta orçamentária da Seguridade. O documento ainda recomendou que a Desvinculação das Receitas da União (DRU) deixe de ser aplicada nas receitas da Seguridade Social.

“Queremos que fique bem claro que o diagnóstico com a verdade sobre os dados apurados em várias instituições está aqui, neste trabalho. E que os parlamentares que resolverem votar pela reforma da Previdência proposta pelo governo tenham consciência do risco que estão correndo perante a opinião pública e saibam exatamente que estarão decidindo contra o Brasil”, disse Paim.

Punição para empresários

Os senadores pediram, ainda, punibilidade para os crimes contra a ordem tributária, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido e termina protegendo as empresas. O texto faz críticas à atual forma como é administrada a previdência e mostra erros à proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre a reforma do setor, em tramitação na Câmara dos Deputados. Conforme a investigação da CPI, demonstrada no relatório, foram encontradas inconsistências de dados e de informações anunciadas pelo Executivo. “Desenham um futuro

aterrorizante e totalmente inverossímil, com o intuito de acabar com a previdência pública e criar um campo para atuação das empresas privadas”, ressalta o documento. “Como se não bastasse, os dados coletados provam que foi ignorada lei para que empresas devedoras continuassem a participar de programas de empréstimos e benefícios fiscais e creditícios. Buscou-se, enfim, a retirada de direitos dos trabalhadores vinculados à previdência unicamente na perspectiva de redução dos gastos públicos”, afirmou o senador Hélio José (Pros-DF).

Seminário nacional da CNTSS debateu INSS Digital e Teletrabalho

O seminário aconteceu no período de 29 de setembro a 1º de outubro, na sede do Sindsprev-PE, em Recife, com a participação de 40 dirigentes sindicais de nove estados. Entre eles, o coordenador geral do Sindsprev-PE, Luiz Eustáquio e mais sete diretores(as) do nosso sindicato.

O professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Roberto Veras, analisou as recentes mudanças nas relações de trabalho e os impactos das inovações tecnológicas para a classe trabalhadora. “Estamos vivendo uma situação tão grave que não temos dimensão onde vamos chegar. Com o esvaziamento da política a tendência é o individualismo e a desesperança. Isto é grave, muito grave. Portanto, os desafios são muitos para a CUT e seus sindicatos, enfim, para a classe trabalhadora”,

alertou Roberto Veras.

A dirigente da CNTSS/CUT, Terezinha Aguiar, fez uma abordagem geral sobre o desmonte do INSS e especificamente, as propostas do INSS Digital e do Teletrabalho. A diretora do Sindsprev-PE, Alzira Soares, falou sobre o projeto piloto do INSS Digital e a perspectiva de incorporação do Teletrabalho no cotidiano do servidor do órgão. Como resultado do debate, foi elaborado um levantamento de 15 itens

que expressam as preocupações dos participantes do Seminário.

Foi discutida também a Minuta da Estruturação Organizacional do INSS, que foi suspensa e em seu lugar foi publicado um novo Regimento que precisa ser avaliado mais profundamente.

No final, foram apresentadas propostas sobre INSS Digital, Regimento do INSS, reabilitação profissional e serviço social.



O seminário foi realizado na sede do Sindsprev-PE

SINDSPREV

FUNDACENTRO 50 ANOS

Convite

O Sindsprev-PE e a Fundacentro têm o prazer de convidar os servidores da saúde e demais envolvidos com a temática “saúde do trabalhador” para o lançamento do relatório final da pesquisa:

“Avaliação das Condições de Trabalho dos(as) Servidores(as) do Ministério da Saúde nos Hospitais e Policlínicas na Cidade do Recife”

Dia: 29/11/2017

Horário: 9 às 12 horas

Local: Auditório do Sindsprev/PE

Rua Marques Amorim, 174, Ilha do Leite, Recife - PE

Informações: (81) 2127-8333 / 3427-4775

ADIREÇÃO DAS ENTIDADES

Luta do Sindsprev e assistentes sociais faz governo recuar e manter serviço social na nova estrutura do INSS

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) decidiu manter o Serviço Social na nova estrutura do INSS, modificando a proposta inicial do novo Regimento Interno do órgão, através da Portaria nº 414, de 28/09/2017. O recuo do governo foi resultado das diversas mobilizações das

entidades representativas da categoria de assistentes sociais em todo o país.

Desde quando tomou conhecimento da medida do governo golpista, o Sindsprev-PE repudiou de forma veemente a destruição de mais um direito essencial dos trabalhadores e dos demais cidadãos brasileiros.

Juntamente com as(os) assistentes sociais, realizou várias ações em defesa do Serviço Social do INSS.

A direção do Sindsprev-PE parabeniza toda a categoria e entidades representativas por sua determinação na luta que resultou nesta importante conquista.



Sindsprev participou da audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, que debateu Serviço Social no INSS, no dia 26/09

Alegria, alegria: Festa do Dia das Crianças contagiou a todos no CFL

No dia 12 de outubro, as crianças se divertiram bastante na comemoração do seu dia, organizada pelo Sindsprev-PE, no Centro de Formação e Lazer (CFL).

A festa teve uma programação diversificada e bastante

animada com recreação, brinquedos infláveis, música e apresentação da Banda Animakids.

Até os jovens e adultos também brincaram muito, deixando fluir a criança que existe dentro de cada um de nós.



Apresentação da Banda Animakids



Recreadores animaram a criançada

Comemoração do Dia do Idoso no CFL

Cerca de 480 filiados do Sindsprev-PE participaram, do dia 3 de outubro, da comemoração especial do Dia do Idoso no Centro de Formação e Lazer (CFL). Foram realizadas atividades diversificadas: café da manhã, ginástica laboral, palestra e almoço dançante, animado pela Banda Como Antigamente.

A palestra foi proferida pela titular da Gerência da Pessoa Idosa da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos,

da Prefeitura do Recife, Ana Cristina.

Tendo como tema principal "Qualidade de Vida", a palestrante Ana Cristina levantou questionamentos sobre o respeito aos direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso, em vigor há 14 anos, desde 1º de outubro de 2003. Ela destacou a importância de envelhecer de forma prazerosa e saudável, mantendo-se em atividades físicas, culturais e de lazer e valorizando sempre o convívio familiar e social. Na palestra e também no debate aberto,

os participantes relataram a necessidade de assegurar direitos essenciais, como a aposentadoria, pensão, outros benefícios previdenciários e saúde pública. No final, concluiu-se que é preciso lutar constantemente para garantir todos os direitos

dos idosos de hoje e das próximas gerações. E foi dado o recado final: **Sejam felizes! Envelheçam bem! Ajudem os outros a envelhecer bem também!**



Na mesa, os diretores do Sindsprev, Luiz Eustáquio e Amara Vital.



A palestrante Ana Cristina abordou a importância de manter a qualidade de vida